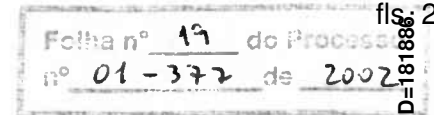


Segue(m) Juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
nº 19 e folha de informação
sob nº 20 em 14 / 02 / 2019
André

André de Oliveira Leonardo
Técnico Administrativo
RF 11.226



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



André
André de Oliveira Leonardo
Técnico Administrativo
RF 11.226

RDS

29/2019

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

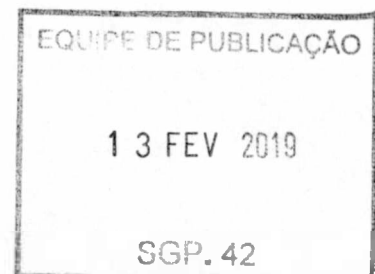
Requeiro na forma regimental, o desarquivamento do PL nº 377/2002, que "Dispõe sobre o treinamento no atendimento de emergência a vítimas de morte súbita cardíaca nas escolas públicas e particulares no âmbito do município de São Paulo e dá outras providências".

Sala das Sessões,


Vereador Ricardo Teixeira


Vereador Conte Lopes

De acordo,





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 120

do processo nº 01-377 de 20.02.14, 02, 2019 (a) André

André de Oliveira Leonardo
Técnico Administrativo
RF 11.226

À SGP.33

Sr. Supervisor,

Encaminho o presente requerimento para as providências pertinentes.

14/02/2019

Antonio Isoldi Caleari

Supervisor da Equipe de Controle do Processo Legislativo - SGP.22

À SGP.22

Sr. Supervisor,

Conforme solicitado pelo RDS nº 29/2019, segue o presente expediente para volta à tramitação.

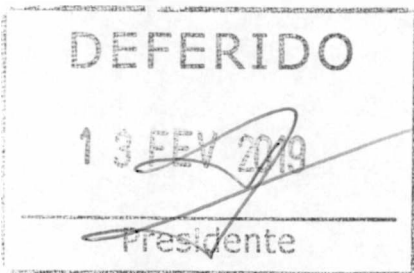
14/02/2019

UBIRAJARA DE FARIAS PRESTES FILHO

Supervisor da Equipe de Arquivo Geral
SGP.33

Segue(m) juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob nº
21 a 21 e folha de informação
sob nº 14.02.19.
Ass: 

Antônio Isoldi Cateari
Técnico Administrativo
RF 11.300



Folha nº 21 do proc.
nº 01-377 de 20.01
ANTONIO ISOLDI CALEARI
Supervisor-SGP .22
RF: 11.300

RDS
30/2019

REQUERIMENTO

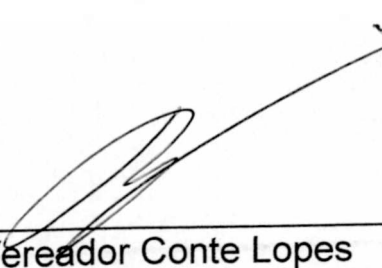
Senhor Presidente,

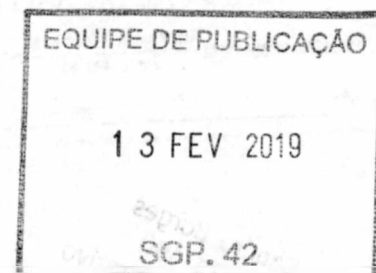
Requeiro na forma regimental, a coautoria do PL nº 377/2002, que "Dispõe sobre o treinamento no atendimento de emergência a vítimas de morte súbita cardíaca nas escolas públicas e particulares no âmbito do município de São Paulo e dá outras providências".

Sala das Sessões,


Vereador Ricardo Teixeira

De acordo,


Vereador Conte Lopes



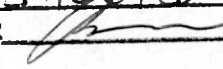
0169 - SGP.22 - 07/02/2019 - 17:15 - 008908 - 1/1

A Procuradoria (Setor de Pesquisa)

14/02/2019

Antonio Isoldi Caleari
Supervisor - SGP. 22
RF 11.300

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DE PESQUISA E ACESSORIA DE ANÁLISE PRÉVIA DAS PROPOSITURAS

EM 14/02/19 AS 18:00 hs
POR 

SABA: AS: h ASS:

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Seguem, juntados nesta data 22 e 23 folhas de nº 22 e 23 em 21/02/19

Papel para Informação Documento rubricados sob


Sandro Borges
RF. 11.490
Técnico Administrativo



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

Folha nº 22 do Proc. nº
PL 377 de 2002 fls. 32

Sandro Borges-RF. 11.490
Técnico Administrativo

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 377/02

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 10.429, de 24 de fevereiro de 1988, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 11.973, de 04 de janeiro de 1996, que dispõe sobre a introdução nos currículos das escolas municipais dos "estudos contra a discriminação racial";
- Lei Municipal nº 12.017, de 02 de abril de 1996, que dispõe sobre a inclusão de Estudos Básicos de Direitos Humanos nas Escolas Municipais de 1º e 2º Graus, como conteúdo curricular, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 12.118, de 28 de junho de 1996, que dispõe sobre Projeto de Relações de Gênero nas escolas públicas do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 12.617, de 04 de maio de 1998, que incorpora ao currículo das escolas da Rede Municipal de Ensino de 1º Grau a área de conhecimento "Cidade-Cidadania". Declarada Inconstitucional;
- lei Municipal nº 14.181, de 30 de junho de 2006, que dispõe sobre o ensino religioso na rede pública municipal de ensino fundamental;
- Lei Municipal nº 14.433, de 12 de junho de 2007, que dispõe sobre a inclusão de tema relativo à conscientização ética e a responsabilidade e poder da cidadania nas atividades escolares da rede municipal de ensino;
- Lei Municipal nº 14.093, de 29 de novembro de 2005, que institui, no Município de São Paulo, o 'Programa Educação Comunitária', e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 16.213, de 17 de junho de 2015, que dispõe sobre a criação e funcionamento do Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola – CRECE, inclui o inciso XIV no art. 118 da Lei nº 14.660/07, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 16.271, de 17 de setembro de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo;
- Lei Municipal nº 16.493, de 18 de julho de 2016, que dispõe sobre a inclusão do tema Direitos Humanos na grade curricular das escolas da rede municipal de ensino;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

Folha nº 23 do Proc. nº 34
PL 377 de 2002
Sandro Borges-RF. 11.490
Técnico Administrativo

- Decreto Municipal nº 52.342, de 26 de maio de 2011, que institui o Programa Ampliar nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino;
- Decreto Municipal nº 54.452, de 10 de outubro de 2013, que institui, na Secretaria Municipal de Educação, o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino – Mais Educação São Paulo;
- Decreto Municipal nº 54.454, de 10 de outubro de 2013, que fixa diretrizes gerais para a elaboração dos regimentos educacionais das unidades integrantes da Rede Municipal de Ensino, bem como delega competências ao Secretário Municipal de Educação para o estabelecimento das normas gerais e complementares que especifica;
- Portaria SME nº 5.930, de 14 de outubro de 2013, que implanta o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo – Mais Educação São Paulo;
- PL 65/18, que dispõe sobre a inclusão da matéria de direito constitucional no ensino médio das escolas do Município de São Paulo;
- PL 43/18, que dispõe sobre a inclusão de tema acerca da Constituição Federal de 1988 na disciplina de História das escolas do Município de São Paulo;
- PL 101/18 que dispõe sobre o Programa Cidadania nas escolas da rede pública de ensino municipal;
- PL 555/18 que institui no Município de São Paulo o projeto "Saber Direito" que contempla a parceria entre as Faculdades e Universidades do Ensino Público e Privado para a realização de aulas expositivas sobre: Constituição Federal, direitos humanos, áreas de atuação do Direito Público/Privado, aos alunos da Rede Pública Municipal;
- PL 548/18 que institui na grade extracurricular da rede de ensino municipal a disciplina de Noções Básicas de Direito Fundamental.

À SGP 21, para prosseguimento.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2019.


Christiana Samara Chebib Lienert
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 244.472